

ACESSIBILIDADE CURRICULAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) PARA DISCENTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

CURRICULAR ACCESSIBILITY IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION (EPT) FOR STUDENTS WITH AUTISTIC SPECTRUM DISORDER (ASD)

ACCESIBILIDAD CURRICULAR EN EDUCACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA (EPT) PARA ESTUDIANTES CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Isabel dos Santos Lima¹

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI

Jalva Lilia Rabelo de Sousa²

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI

Resumo

A inclusão é um tema central na sociedade contemporânea e abrange vários aspectos como acessibilidade arquitetônica, transporte público, educação e tecnologias assistivas, bem como gênero, etnicidade e condição econômica. A integração de discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação profissional e tecnológica (EPT) representa desafios significativos, especialmente em relação à acessibilidade curricular. Este artigo é uma revisão de literatura sobre acessibilidade curricular para discentes com TEA na EPT, a partir da análise de estudos acadêmicos e documentos legislativos das bases do Portal de Periódicos da CAPES, SciELO, Banco de Teses da CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT. A sistemática de revisão enfoca práticas pedagógicas adaptativas e formação contínua dos educadores, visando identificar estratégias eficazes para promover uma educação inclusiva e acessível.

Palavras-chave: transtorno do espectro autista; inclusão social; inclusão educacional; EPT.

Abstract

Inclusion is a central theme in contemporary society and covers various aspects such as architectural accessibility, public transportation, education, and assistive technologies, as well as gender, ethnicity, and economic status. The integration

¹ Mestra em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, Teresina, Piauí, Brasil. E-mail: isabel.lima@ifpi.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1066167871073731>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0326-1391>.

² Doutora em Administração de Empresas pela Universidade de Fortaleza. Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Coordenadora acadêmica do mestrado do ProfEPT, Teresina, Piauí, Brasil. E-mail: jalva@ifpi.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1924189477692319>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1586-1981>.

of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) professional and technological education (EPT) represents significant challenges, especially in relation to curricular accessibility. This article is a literature review on curricular accessibility for students with ASD at EPT, based on the analysis of academic studies and legislative documents from the CAPES Journal Portal, SciELO, CAPES Thesis Bank, and the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations from IBICT. The review system focuses on adaptive pedagogical practices and ongoing training of educators, aiming to identify effective strategies to promote inclusive and accessible education.

Keywords: autism spectrum disorder; social inclusion; educational inclusion; EPT.

Resumen

La inclusión es un tema central en la sociedad contemporánea y cubre varios aspectos como la accesibilidad arquitectónica, el transporte público, la educación y las tecnologías de asistencia, así como el género, la etnia y la situación económica. La integración de estudiantes con Trastorno del Espectro Autista (TEA) en la educación profesional y tecnológica (EPT) representa importantes desafíos, especialmente en relación a la accesibilidad curricular. Este artículo es una revisión de la literatura sobre accesibilidad curricular para estudiantes con TEA en la EPT, a partir del análisis de estudios académicos y documentos legislativos del Portal de Revistas Periódicos CAPES, SciELO, Banco de Tesis CAPES y Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones IBICT. El sistema de revisión se centra en prácticas pedagógicas adaptativas y la capacitación continua de educadores, con el objetivo de identificar estrategias efectivas para promover una educación inclusiva y accesible.

Palabras clave: trastorno del espectro autista; inclusión social; inclusión educativa; EPT.

INTRODUÇÃO

A inclusão é um tema atual que tem gerado intensas discussões, pesquisas e esforços para encontrar soluções que busquem o enfrentamento à exclusão. Nesse sentido, a sociedade contemporânea se depara com diversas visões sobre as necessidades de inclusão e, como consequência, reconhece de forma crescente a relevância de iniciativas e reflexões voltadas para o combate à exclusão e garantia da participação plena em todos os âmbitos que esse processo envolve, promovendo uma sociedade mais justa e equitativa.

Essa necessidade de inclusão abrange significativamente questões como acessibilidade arquitetônica, transporte público, educação e tecnologias assistivas. Além desses aspectos, também surgem demandas relacionadas a gênero, linguagem, localização geográfica, etnicidade e condição econômica, evidenciando um esforço contínuo para construir uma sociedade mais justa, onde todos tenham acesso e igualdade de oportunidades.

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem se consolidado como uma etapa essencial para a formação de profissionais qualificados, proporcionando tanto habilidades práticas quanto teóricas indispensáveis à inserção no mercado de trabalho. Contudo, a inclusão de discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outros grupos com Necessidades Educacionais Específicas (NEEs), como crianças surdas, estudantes com mobilidade reduzida ou cadeirantes, além de pessoas com baixa ou nenhuma visão,



apresenta desafios consideráveis em contextos educacionais e sociais. Ademais, a acessibilidade curricular é um aspecto fundamental para garantir que todos os discentes, independentemente de suas necessidades, possam participar plenamente das atividades educativas.

Este artigo tem como objetivo revisar a literatura existente sobre acessibilidade curricular para discentes com TEA em ambientes de EPT. A revisão abordará as práticas pedagógicas, desafios enfrentados, e as estratégias que têm mostrado eficácia na promoção de uma educação inclusiva e acessível.

METODOLOGIA

Este estudo revisa a literatura sobre acessibilidade curricular na EPT para discentes com TEA, focando na identificação de práticas pedagógicas eficazes, desafios e estratégias de inclusão. Para essa análise, foi realizada uma revisão sistemática da literatura existente, que envolveu a coleta e análise de estudos acadêmicos e documentos normativos.

O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados do Portal de Periódicos da CAPES e SciELO, além de incluir fontes adicionais como o Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD do IBICT), referente ao período de junho de 2022 a julho de 2024. A seleção dos estudos e autores foi baseada em critérios de relevância temática, atualidade e alinhamento com os objetivos da pesquisa.

A análise dos dados deu ênfase a três áreas principais: questões curriculares, práticas pedagógicas e inclusão de pessoas com deficiência, especificamente com TEA. Para tanto, questões como a personalização do currículo, o uso de tecnologias assistivas e a formação contínua dos educadores emergiram como aspectos essenciais para promover uma educação inclusiva e eficiente. Esses elementos são importantes para adaptar o ensino às necessidades específicas dos discentes com TEA e garantir um ambiente educacional equitativo e acessível. A abordagem holística e adaptativa demonstrou ser fundamental para a inclusão efetiva desses discentes na EPT.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

O TEA é um transtorno do desenvolvimento neurológico que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento. Os sintomas podem variar amplamente entre os indivíduos, mas geralmente incluem dificuldades com habilidades sociais, comportamentos



repetitivos e interesses restritos. Compreender as características do TEA é essencial para adaptar o currículo e as práticas pedagógicas para atender às necessidades desses discentes (*American Psychiatric Association*, 2014).

Pesquisas recentes evidenciam que o autismo é uma condição neurológica que se manifesta desde os primeiros anos de vida e ultrapassa barreiras socioeconômicas e étnico-raciais (Mercadante; Rosário, 2009).

Definido na 5ª edição do ‘Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais’ (DSM-5) como um transtorno do neurodesenvolvimento, o autismo é caracterizado por dificuldades significativas na interação social, na comunicação e por padrões repetitivos e restritivos de comportamento. Portanto, compreender esses aspectos de forma aprofundada é fundamental para o desenvolvimento de intervenções eficazes e para o fornecimento de suporte adequado aos indivíduos afetados.

O diagnóstico preciso do TEA, por ser uma condição do neurodesenvolvimento, exige um rigor clínico significativo, com uma avaliação comportamental detalhada e integrada do indivíduo, cabendo a equipe multidisciplinar de especialistas, que inclui tanto médicos e psicólogos. Isso deve seguir os parâmetros estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) na CID-11 e pelo DSM-5 (Fernandes; Tomazelli; Girianelli, 2020).

A realização de avaliações diagnósticas em adultos frequentemente demanda a construção de um histórico detalhado e confiável do paciente, o que pode ser um desafio considerável. Logo, como nos ensina Rocha; Farinha (2024), a ausência de cuidadores vivos para corroborar informações e a possibilidade de declínio cognitivo, pode comprometer a precisão dos relatos obtidos diretamente do indivíduo. A complexidade da tarefa de reconstruir a história de vida de um adulto, aliada à natureza subjetiva da memória, exige do profissional uma abordagem cuidadosa e criteriosa, com o objetivo de minimizar os vieses inerentes ao processo de coleta de dados e garantir a confiabilidade do diagnóstico.

Conforme indicado por Souza e Nunes (2019), Jean Ayres, terapeuta ocupacional e neurocientista, foi pioneira na análise do funcionamento neurocomportamental e na investigação da influência dos aspectos perceptivos e motores na aprendizagem. Seu trabalho visava estabelecer conexões entre sensações corporais, processos cerebrais e o aprendizado, contribuindo para o desenvolvimento de uma teoria integrativa. Ayres baseou suas pesquisas nos princípios da neurobiologia, na epistemologia genética de Piaget e nas abordagens neurodesenvolvimentistas da reabilitação motora, fornecendo uma base teórica abrangente e inovadora.



Nessa mesma direção, para Evêncio (2019) e Ferreira (2021), o autismo se manifesta em uma variedade de formas, desde leve até grave, caracterizado por comportamentos como atraso na fala, contato visual limitado, ecolalia [produção repetitiva de palavras, sílabas ou frases], reações emocionais intensas a mudanças na rotina, seletividade alimentar e fixação em objetos específicos. No entanto, nem todas as crianças exibem esses sinais de maneira uniforme. O autismo é organizado em três níveis distintos, que refletem o grau de dependência da criança em relação a outras pessoas ou profissionais para realizar atividades diárias. Essa classificação é fundamentada no nível de comprometimento funcional e na necessidade de suporte contínuo, destacando a importância de estratégias de intervenção personalizadas.

Dessa forma, ao iniciar a trajetória escolar, muitos discentes com TEA encontram uma série de desafios, tanto pessoais quanto relacionados à infraestrutura escolar, levando frequentemente à transferência para outras instituições em busca de um ambiente que melhor atenda às suas necessidades específicas. Essas necessidades envolvem a identificação de suas deficiências e a seleção das metodologias pedagógicas mais adequadas para promover o desenvolvimento cognitivo, educacional e social.

Um dos principais desafios para discentes com deficiência é a ideia de que o atendimento especializado deve ser restrito a escolas ou salas específicas para esse fim. Segundo Mantoan (2015), o Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ser visto como um suporte adicional e não como uma alternativa ao ensino regular. Essa abordagem sugere que o profissional que atua no AEE deve atuar como um complemento dentro das salas de aula convencionais, promovendo a inclusão efetiva desses discentes no ambiente escolar geral. Ao adotar essa perspectiva, as escolas conseguem melhor atender às necessidades individuais dos discentes com deficiência, facilitando sua integração e participação no currículo regular.

No entanto, a inclusão plena desses discentes requer mais do que a simples presença em sala de aula; exige adaptações curriculares e metodológicas que considerem as particularidades de cada estudante. A contextualização do ensino é essencial para garantir que as NEEs sejam atendidas, permitindo que todos os discentes, independentemente de suas limitações, alcancem seu potencial máximo. Essa prática demanda uma revisão constante dos métodos pedagógicos e uma formação contínua dos educadores, que precisam estar preparados para lidar com as diversas demandas que surgem na educação inclusiva.



A adaptação e o progresso de discentes com características, comportamentos e habilidades diferenciadas em relação aos seus colegas são particularmente desafiadores devido às dificuldades intrínsecas que se manifestam desde cedo como fatores de exclusão. Esses estudantes costumam enfrentar obstáculos em áreas como tarefas acadêmicas, leitura, escrita, matemática, coordenação motora, habilidades visuais e linguagem. Para os discentes com TEA, o processo de adaptação frequentemente exige um tempo maior, e a maioria desses casos requer um diagnóstico mais preciso (Paula; Peixoto, 2019).

Em relação às pessoas diagnosticadas com TEA, observou-se um avanço considerável nas políticas educacionais, destacando-se a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), instituída em 2008. Esta política trouxe um desenvolvimento mais detalhado da integração da educação especial no ensino regular, abordando tanto a oferta de serviços complementares para alunos com deficiência quanto à disponibilização de serviços suplementares para aqueles com superdotação.

Além disso, a PNEEPEI busca promover um ambiente educativo mais inclusivo e adaptado, facilitando a participação de todos os estudantes, independentemente de suas necessidades específicas. Com essa abordagem, a política visou não apenas a inclusão efetiva, mas também a equidade no acesso aos recursos educacionais, refletindo um compromisso com a diversidade e a justiça educacional em nível nacional (Brasil, 2008).

Nesse contexto, a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, estabelecida na Lei nº 12.764, de 2012, frequentemente chamada de “Lei Berenice Piana”, marcou um progresso importante na oferta de serviços mais especializados e direcionados para indivíduos com TEA. Esta política tem como objetivo integrar essas pessoas no sistema educacional de maneira mais inclusiva, reduzindo a exclusão e prevenindo desistências escolares, ao mesmo tempo em que visa promover e desenvolver suas habilidades educacionais e potencialidades individuais.

Além disso, a Lei Berenice Piana aborda a questão curricular, destacando a necessidade de considerar as particularidades das pessoas com TEA, cujas dificuldades cognitivas e sociais podem variar significativamente de um indivíduo para outro. Essa abordagem busca atender de forma mais eficaz às necessidades específicas de cada aluno, garantindo um ambiente educacional que suporte seu crescimento e aprendizado de maneira adequada e inclusiva (Ferreira; Elias, 2022).



No âmbito da educação inclusiva, é essencial adotar uma abordagem que valorize a integração de diversos conhecimentos e perspectivas, reconhecendo que a educação efetiva para o desenvolvimento humano exige tanto a formação adequada de profissionais quanto a criação de instituições que fomentem habilidades e integração social. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, garante o direito à educação para todos, incluindo o Atendimento Educacional Especializado (AEE) gratuito para estudantes com deficiência.

Em consonância com essa legislação, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de ajustes curriculares, conforme disposto na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), promovendo uma abordagem mais equitativa e adaptativa para atender às necessidades educacionais diversificadas (Meller; Dittrich; Silva, 2023).

ACESSIBILIDADE CURRICULAR

No que diz respeito à acessibilidade curricular, as pesquisas realizadas por Saviani (2016), Fernandes (2014) e Correia (2016) foram fundamentais para esclarecer tal conceito. Estas investigações documentais, que envolveram a análise de produções acadêmicas ao longo de diferentes períodos, permitiram uma reflexão aprofundada sobre o conhecimento existente na área.

Os estudos identificaram cinco termos-chave cruciais para a compreensão do conceito: "adequação curricular", "adaptação curricular", "flexibilidade curricular", "adaptações razoáveis" e "acessibilidade curricular". Destaca-se que "acessibilidade curricular" e "adaptações razoáveis" se destacam como os conceitos mais recentes, em sintonia com as políticas públicas mais atuais.

O currículo constitui um conjunto estruturado de conteúdos culturais que são cuidadosamente selecionados e organizados para o processo de ensino escolar. Inclui uma variedade de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que os discentes devem desenvolver ao longo de sua formação.

Como um reflexo dos valores e da cultura de uma sociedade, o currículo é elaborado através de um processo de negociação entre diferentes atores sociais. Esse documento desempenha um papel essencial na educação, pois define o que os alunos precisam aprender e como devem ser preparados para contribuir com a sociedade (Saviani, 2016). A sua importância reside em sua capacidade de moldar a experiência educacional e garantir que os objetivos educacionais sejam atendidos de maneira eficaz e inclusiva.



A ênfase em "acessibilidade curricular" e "adaptações razoáveis" como conceitos mais contemporâneos evidencia a crescente atenção às políticas públicas e às necessidades emergentes de um ambiente educacional mais inclusivo e adaptado. Além disso, o papel do currículo como um documento que organiza e reflete os valores culturais e sociais da sociedade reforça a sua função crítica na formação educacional. A capacidade do currículo de refletir e atender às demandas de diferentes contextos sociais, enquanto estabelece o que os alunos devem aprender sublinha a importância de um processo dinâmico e negociado na construção de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo.

Conforme observado por Fernandes (2014), o conceito de currículo não é uniforme e apresenta diversas interpretações. A falta de consenso decorre da complexidade em definir e delimitar os conteúdos e a estrutura curricular, que são moldados por múltiplas abordagens educacionais e teorias pedagógicas.

Nesse sentido, a escola é amplamente reconhecida como uma instituição fundamental na formação de indivíduos autônomos e críticos, capazes de se engajar ativamente em uma sociedade em contínua transformação. Isso evidencia a importância central do currículo, que deve integrar cuidadosamente experiências e objetivos de aprendizagem, alinhando-se às metas institucionais para cumprir sua função educacional de maneira eficaz e adaptativa, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos e preparando-os para os desafios futuros (Fernandes, 2014).

A ideia de que o currículo emerge de um processo de negociação entre múltiplos atores sociais ressalta sua complexidade e dinâmica, evidenciando como diversas influências se inter-relacionam para sua construção. Além disso, enfatiza-se a importância do currículo na educação, ao indicar que ele estabelece o conteúdo a ser ensinado aos alunos, sublinhando seu papel central no processo educacional.

A personalização do currículo e a integração de tecnologias assistivas desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão eficaz de discentes com TEA em ambientes de educação profissional e tecnológica. É essencial ajustar as práticas pedagógicas para atender às NEEs dos discentes, além de assegurar que a formação dos educadores seja contínua e abrangente, para que estejam sempre atualizados com as melhores abordagens e estratégias disponíveis.

Correia (2016) explora o conceito de adaptações, adequações e flexibilizações curriculares, destacando que a acessibilidade curricular valoriza e considera os trajetos individuais de cada aluno. Em vez de alterar o conteúdo educacional destinado aos alunos com deficiência, a acessibilidade curricular se concentra nas diferentes formas pelas quais



os alunos podem se expressar e interagir com o conhecimento. Isso leva em consideração as diversas características e necessidades presentes na turma, promovendo um ambiente de aprendizado mais inclusivo e ajustado às particularidades de cada estudante.

É importante reconhecer que desenvolver um currículo acessível não significa aplicar uma abordagem uniforme, mas garantir condições de ensino justas para todos. Braun (2010) observa que a aplicação indiscriminada de métodos iguais pode levar a um ensino padronizado que não atende às necessidades individuais, resultando em exclusão. Em vez disso, as adaptações curriculares devem ser baseadas em critérios específicos e elaboradas de forma colaborativa, envolvendo a equipe escolar, a família e o aluno para assegurar um ambiente educacional inclusivo e equitativo.

Gimenez e Silva (2014) destacam que um fator que agrava a dificuldade em tornar o currículo acessível é a inadequação da formação dos professores para a inclusão, frequentemente insuficiente diante da complexidade do sistema educacional brasileiro. Os métodos lineares e fixos dos programas de formação limitam a capacidade dos educadores de desenvolver uma visão abrangente sobre os processos inclusivos e sobre seu próprio desenvolvimento profissional. Como resultado, muitos docentes se sentem despreparados para enfrentar as situações desafiadoras que surgem no cotidiano das escolas inclusivas, o que compromete a eficácia das práticas pedagógicas

Portanto, é claro que a inclusão e a acessibilidade na Educação Especial não se limitam a políticas afirmativas e ajustes físicos ou documentais. A inclusão desafia tanto alunos quanto professores, deslocando-os de suas zonas de conforto e equilíbrio ao confrontarem novas dinâmicas em sala de aula. Esse impacto se espalha por toda a instituição de ensino, afetando de forma sistêmica toda a comunidade acadêmica (Sales; Viana, 2020).

Nessa perspectiva, a escola desempenha um papel essencial na criação de recursos que asseguram o acesso efetivo à educação e ao currículo para estudantes com deficiência. Nesse aspecto, a acessibilidade curricular é essencial para atender às diversas necessidades individuais desses alunos. Logo, para garantir essa inclusão, é fundamental que a comunidade escolar se envolva ativamente no desenvolvimento de estratégias que promovam não apenas a compreensão do conhecimento, mas também a adaptação dos conteúdos de forma abrangente, permitindo uma participação plena e equitativa de todos os estudantes (Machado *et al.*, 2018).

Dessa maneira, a acessibilidade curricular refere-se à capacidade de um currículo educacional de ser adaptado para atender às necessidades diversas dos alunos. Isso inclui



a modificação dos métodos de ensino, materiais e avaliações para garantir que todos os discentes possam acessar e participar do conteúdo educacional de maneira equitativa.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº9.394/96, garante o direito à educação pública para todos, incluindo pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Ela também integra a educação profissional aos diversos níveis educacionais, visando atender às demandas do mercado de trabalho.

Dessa forma, para assegurar a inclusão plena, a LDB (Lei nº9.394/96) exige que os sistemas de ensino proporcionem condições adequadas para o acesso, a permanência e a participação de todos os alunos, promovendo igualdade de oportunidades e efetiva inclusão escolar.

Neste sentido, concebe-se uma educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora (Brasil, 1996).

Portanto, a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular demanda a consideração de múltiplas exigências, que vão além do simples acesso às estruturas educacionais e abrangem o trajeto desses indivíduos até o ambiente escolar. A LDB de 1996 enfatiza a necessidade de adaptações em diversos aspectos para garantir a efetiva inclusão, incluindo currículos, métodos, técnicas, recursos pedagógicos e a organização escolar. Essas adaptações visam atender às necessidades específicas de cada aluno, promovendo uma educação mais equitativa e acessível (Brasil, 1996).

Portanto, pode-se asseverar que as trajetórias da educação inclusiva e da EPT são moldadas pela busca de inclusão e humanização. A educação inclusiva, considerada um direito essencial, abrange todos os indivíduos, incluindo aqueles com deficiência, garantindo-lhes acesso a oportunidades educacionais equitativas. A EPT, por outro lado, desempenha um papel determinante na promoção da inclusão social e econômica, oferecendo formação prática e teórica. A integração dessas duas abordagens educacionais potencializa a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, ao proporcionar não apenas capacitação técnica, mas também desenvolvimento pessoal e social, ampliando suas perspectivas profissionais e de vida.



Os princípios da EPT estão alicerçados na ideia de trabalho como um princípio educativo, na formação integral do ser humano e na abordagem da politecnia. O trabalho é visto como uma atividade criativa e transformadora, essencial para o aprimoramento das capacidades humanas. A formação integral visa desenvolver indivíduos completos, aptos a entender e participar ativamente da sociedade. A politecnia integra conhecimentos científicos e tecnológicos com saberes culturais e sociais. Esses fundamentos orientam a prática pedagógica da EPT, que busca formar profissionais altamente qualificados, capazes de promover o progresso e a inovação na sociedade contemporânea (Feitosa, 2021; Ferreira, 2021).

A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho está fortemente ligada à qualidade da formação profissional que recebem. Logo, para garantir essa inclusão, a acessibilidade escolar e a adaptação curricular são aspectos cruciais e devem ser abordados de maneira sistemática. Assim, o Conselho Nacional de Educação (CNE) determina que as instituições de ensino profissional devam assegurar condições adequadas de acessibilidade para permitir que alunos com deficiência possam não apenas ingressar, mas também permanecer e prosperar no sistema educacional. Isso inclui a adaptação dos espaços físicos, recursos pedagógicos e meios de comunicação, ajustados às necessidades específicas de cada aluno, promovendo um ambiente educacional inclusivo e equitativo, essencial para o desenvolvimento completo e a integração social e econômica desses indivíduos (Brasil, 2001).

Dessa forma, a educação inclusiva abrange a integração e a permanência de todos os indivíduos, não apenas aqueles com deficiência, mas também de pessoas minorizadas pertencentes às minorias sociais, historicamente marginalizadas e em situação de vulnerabilidade social. O propósito é assegurar que todos sejam matriculados e participem de maneira completa no sistema educacional regular, promovendo um ambiente de aprendizagem que valorize e acolha a diversidade presente na sociedade (Onahara; Santos Cruz; Mariano, 2018).

Essa abordagem visa garantir que o processo educacional seja acessível e efetivo para todos os estudantes, refletindo um compromisso com a justiça social e a equidade no ensino. Ao incluir diversas perspectivas e realidades, a educação inclusiva busca criar uma experiência educacional mais enriquecedora e representativa para todos os discentes.

Na educação inclusiva em EPT, é fundamental considerar a proposta de formação integral, haja vista que, de acordo com Cordeiro (2016), essa abordagem pedagógica busca o desenvolvimento abrangente do aluno, englobando dimensões físicas, intelectuais,



emocionais, sociais e culturais. Isso exige uma mudança de paradigma que se concentra no aluno e em sua formação holística, diferenciando-se da mera inclusão de conteúdos ou da ampliação do tempo de permanência na instituição de ensino.

A construção das trajetórias da educação inclusiva e da EPT baseia-se na perspectiva de inclusão e humanização. A educação inclusiva, como um direito inalienável, abrange todos os indivíduos, incluindo aqueles com deficiência. A EPT, por sua vez, é essencial para a inclusão social e econômica, oferecendo uma ferramenta determinante para a integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. A combinação dessas abordagens educacionais pode promover a inclusão efetiva, garantindo oportunidades de capacitação e desenvolvimento profissional

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada neste estudo evidencia que a inclusão de discentes com TEA em ambientes de EPT requer uma abordagem multidimensional e adaptativa. A acessibilidade curricular emerge como um componente crucial para assegurar que esses discentes possam participar plenamente das atividades educativas.

Nesse sentido, a revisão da literatura indica que a adaptação do currículo não deve ser encarada apenas como uma modificação de documentos ou ambientes físicos, mas sim como uma estratégia integrada que envolve a personalização das práticas pedagógicas e o uso de tecnologias assistivas.

Autores como Saviani (2016) e Fernandes (2014) sublinham a importância da "acessibilidade curricular" e das "adaptações razoáveis" como conceitos centrais para a criação de um ambiente educacional inclusivo. Essas abordagens destacam a necessidade de ajustar o currículo às necessidades individuais dos alunos, promovendo uma experiência de aprendizagem que reconheça e valorize suas características únicas. Ademais, a implementação de práticas pedagógicas adaptativas e a formação contínua dos educadores são fundamentais para garantir que as estratégias de ensino sejam eficazes e atualizadas, como defendem Correia (2016) e Braun (2010).

Além disso, a inclusão efetiva de discentes com TEA vai além de simples ajustes físicos e documentais. A inclusão exige uma transformação nas dinâmicas escolares, desafiando tanto alunos quanto professores a saírem de suas zonas de conforto e a engajarem-se em um processo educacional que considera as diversidades presentes na sala de aula. Este desafio é abrangente, afetando a estrutura e a cultura das instituições educacionais, conforme evidenciado por Sales e Viana (2020).



A LDB (Lei nº9.394/96) e a PNEEPEI (documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5/6/2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 9/10/2007) refletem o compromisso com a inclusão e a acessibilidade no ensino, estabelecendo diretrizes para garantir que todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência, tenham acesso equitativo ao currículo e às oportunidades educacionais. A integração dessas políticas com práticas pedagógicas adaptativas reforça a importância de uma abordagem holística e inclusiva na educação profissional e tecnológica, essencial para preparar os alunos para a participação plena e efetiva no mercado de trabalho e na sociedade em geral.

Portanto, a promoção de uma EPT baseada numa educação inclusiva e acessível para discentes com TEA é uma responsabilidade compartilhada que envolve a colaboração de todos os envolvidos no processo educacional, haja vista que acessibilidade curricular não apenas facilita a integração desses discentes, mas também contribui para um ambiente educacional mais justo e equitativo, alinhado com os princípios de inclusão e equidade educacional.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico]: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, Disponível em: <http://www.institutopebioetica.com.br/documentos/manual-diagnostico-e-estatistico-de-transtornos-mentais-dsm-5.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes operacionais na educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica**. 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192#:~:text=Considera-se%20p%C3%BAblico-alvo%20do,condi%C3%A7%C3%B5es%20com%20as%20demais%20pessoas. Acesso em: 17 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf.1996 . Acesso em: 07 mai. 2024.

BRASIL. **Lei nº12.764**, de 27 de dezembro de 2012. “Lei Berenice Piana” institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 25 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da



Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Centro de Documentação e Informação. Edições Câmara. Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm . Acesso em: 17 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Concepção e diretrizes**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/ifets_livreto.pdf . Acesso em: 08 jun. 2024.

BRAUN, Patrícia. Espaços-tempo de ensino e aprendizagem no contexto da escola para todos: reflexões a partir de cenas de um cotidiano. *In*. PLESTCH, M.; RIZO, G. **Cultura e formação**: contribuições para a prática docente. Rio de Janeiro: Editora da UFRRJ, 2010, p. 38-48.

CORDEIRO, Tarcísio da Silva. **Educação integral**: uma concepção de formação do homem Integral. Imperatriz, MA: FIPED, 2016.

CORREIA, Gilvane Belem. **Deficiência, Conhecimento e Aprendizagem**: uma análise relativa à produção acadêmica sobre educação especial e currículo. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

EVÊNCIO, Kátia Maria de Moura; MENEZES, Helena Cristina Soares; FERNANDES, George Pimentel. Transtorno do Espectro do Autismo: considerações sobre o diagnóstico / Autism Spectrum Disorder: Diagnostic Considerations. **Revista de psicologia**, [S.l.], v. 13, n. 47, p. 234-251, out. 2019. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1983/3126> . Acesso em: 19 jul. 2024.

FEITOSA, Robson de Sousa. As bases conceituais da educação profissional e tecnológica nas histórias de vida de professoras do IFPA campi de Bragança e Tucuruí. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 20, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9951>. Acesso em: 07 fev. 2024.

FERNANDES, Conceição Santos; TOMAZELLI, Jeane; GIRIANELLI, Vania Reis. Diagnóstico de autismo no século XXI: evolução dos domínios nas categorizações nosológicas. **Psicologia USP**, v.31, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psp/a/4W4CXjDCTH7G7nGXVPk7ShK/?lang=pt> . Acesso em: 07 fev. 2024.

FERNANDES, Natal Lânia Roque. **Currículos e programas da EPCT**. Fortaleza: UAB/IFCE, 2014. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/206643/2/Curriculos%20e%20Programas%20-%20Livro.pdf> . Acesso em: 07 fev. 2024.

FERREIRA, Pedro. Traduzindo o autismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, n. 106, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3610615/2021> . Acesso em: 19 jul. 2024.

FERREIRA, Vânia da Silva; ELIAS, Nassim Chamel. Práticas educacionais inclusivas para estudantes com transtorno do espectro do autismo na educação profissional.



Revista Nova Paideia, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 707 - 718, 2022. Disponível em: <https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/197>. Acesso em: 13 jan. 2024.

GIMENEZ, Roberto; SILVA, Maria Heloísa Aguiar. Formação de professores para a educação básica: revisitando concepções e práticas pedagógicas por meio do prisma de teorias da complexidade. **Revista @ambienteeducação**, v. 7, p. 266-274, 2014. Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/ambienteeducacao/article/view/481/457>. Acesso em: 23 mai. 2024.

MACHADO, Cássia Cilene de Almeida Chalá *et al.* **Organização, criação, adaptação de materiais e recursos pedagógicos**: abordagem curricular inclusiva. CIEE, 2018. Braga e Paredes de Coura, Portugal.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MELLER, Vanderléa Ana; DITTRICH, Maria Glória; SILVA, Claudio da. Um olhar transdisciplinar para a educação inclusiva no autismo. **Educação & Linguagem**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 151–169, 2023. DOI: 10.15603/2176-0985/el.v26n1p151-169. Disponível em: <https://revistas.metodista.br/index.php/educacaolinguagem/article/view/588>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MERCADANTE, Marcos Tomanik; ROSÁRIO, Maria Conceição do. **Autismo e cérebro social**. São Paulo: Segmento Farma, 2009.

ONOHARA, Ariane Mieko Himeno; VASSELO, Ana Carla Fabian; SANTOS CRUZ, José. Anderson; MARIANO, Maria Luiza. A cultura e a formação de professores. **Temas em Educação e Saúde**, Araraquara, v. 14, n. 2, p. 295–301, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/12033/7842>. Acesso em: 29 jun. 2024.

PAULA, Jessyca Brennand de; PEIXOTO, Monica Ferreira. A inclusão do aluno com autismo na educação infantil: desafios e possibilidades. **Cadernos da Pedagogia**, v. 13, n. 26, p. 31-45, Out/Dez 2019. Disponível em: <https://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/1289/473>. Acesso em: 04 fev. 2024.

ROCHA, Sabrina Andrade; FARINHA, Marciana Gonçalves. O diagnóstico tardio do transtorno do espectro autista como um recurso terapêutico. **Revista Amazônica**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 1–15, 2024. DOI: 10.29280/rappge.v9i3.14341. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/14341/9840>. Acesso em: 08 jun. 2024.

SALES, Jeferson Falcão Sales; VIANA, Tania Vicente. A inclusão de autistas no ensino superior: direito, acessibilidade e avaliação. **Revista Intersaberes**, [S. l.], v. 15, n. 35, 2020. DOI: 10.22169/revint.v15i35.1868. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1868>. Acesso em: 17 maio 2024.

SAVIANI, Dermeval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da base nacional comum curricular. **Movimento**, v.3, n.4, p. 54-84. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32575>. Acesso em: 15 fev. 2024.



SOUZA, Renata Ferreira de; NUNES, Débora Regina de Paula. Transtornos do processamento sensorial no autismo: algumas considerações. **Revista Educação Especial**, v. 32, p. 1-17, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/30374/pdf> . Acesso em: 15 jul. 2024.

Artigo recebido em: 16 de novembro de 2024.

Aceito para publicação em: 11 de dezembro de 2024.

Manuscript received on: November 16, 2024

Accepted for publication on: December 11, 2024

Endereço para contato: Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Educação/FACED, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campus Universitário, Manaus, CEP: 69067-005, Manaus/AM, Brasil

